

Usos Da Análise De Conteúdos Em Jornalismo: Desafios Da Observação Sistemática De Mídia Em Quatro Telejornais Curitibanos¹

Hendryo ANDRÉ²

Universidade Positivo, Curitiba, PR

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

No presente artigo busca-se elencar, mediante uma revisão bibliográfica seguida de uma descrição analítica de um estudo empírico de monitoramento e observação em quatro noticiários televisivos paranaenses que resultou na primeira seção do livro *Mídia e Política: observações e críticas*, como a análise de conteúdos pode assumir uma nova postura teórico-metodológica nas pesquisas em Jornalismo. Por meio do relato metodológico, o objetivo do texto é vincular aportes teóricos que possibilitam a utilização da análise de conteúdos a partir de uma perspectiva qualitativa, em especial quando utilizada paralelamente a outros métodos de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: análise de conteúdos; jornalismo; crítica de mídia; pesquisa quantitativa; pesquisa qualitativa.

INTRODUÇÃO

Analisar, sintetizar, ou ainda, compreender os arranjos discursivos dos meios de comunicação, bem como as ligações dessas organizações midiáticas com os vários matizes do que se conhece por *ideologia*, foi e continua a ser um elemento norteador das pesquisas em Jornalismo em todo o ocidente. Com ênfase especialmente em suas disposições com o campo da política, os potenciais efeitos dos discursos jornalísticos prendem a atenção dos pesquisadores que, como demiurgos, buscam organizar o caos resultante dessas interações simbólicas para de forma criteriosa apontar, descobrir e avaliar, respectivamente, o que foi dito, o que deixou de ser dito e, ainda, o que deveria ter sido dito.

Essa procura obstinada pelos significados e efeitos dos discursos, por vezes, provoca distorções, ou então, o afastamento entre as inferências que se lançam sobre o objeto e a realidade, ação que torna os critérios de análise subjetivos e o objeto de estudo abstrato – logo, desvinculado do mundo social. Com base nessa premissa, este artigo³ tem como objetivo vincular aportes teóricos que possibilitam a utilização da análise de conteúdos a partir de uma perspectiva qualitativa, em especial quando utilizada paralelamente a outros métodos de pesquisa.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Professor do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Positivo. Doutorando em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, email: hendryoandre@gmail.com.

³ Versão revisada de artigo publicado no livro *Mídia e política: observações e críticas*. Ver André (2013).

Vale observar que a análise de conteúdos em muito contribuiu e contribui à pavimentação dos estudos em jornalismo pela vertente da observação e da crítica de mídia. Voltada a várias temáticas ou a uma em particular, de cunho periódico ou pontual, uniforme no tratamento ou absolutamente desregrada, de teor científico ou colaborativo, crítica ou criativa, a tônica dos formatos de observação e análise de mídia consiste e se revigora cada vez mais na tentativa permanente de ultrapassar o princípio da crítica pela crítica – e o aporte da análise de conteúdos em muito auxilia na pavimentação dos estudos de crítica de mídia justamente pela possibilidade de extração de dados concretos inerente a essas pesquisas.

Embasados pela análise de conteúdos, esse relevante método de pesquisa que se aplica quando se procura descrever, ou ainda, classificar produtos ou gêneros jornalísticos, estudos científicos se apropriam das atualizações conceituais dessa vertente metodológica para entender fenômenos e fatos jornalísticos contemporâneos. Avalia-se, de antemão, que a análise de conteúdos deva carregar em si um princípio misto de pesquisa, voltada tanto para o viés quantitativo quanto para o qualitativo. Assim, para alcançar essa proposta metodológica híbrida⁴, utiliza-se como premissa o fato de que deve haver uma ruptura ao paradigma epistemológico que opõe tais vertentes de pesquisa, afinal, “não há quantificação sem qualificação” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2004, p. 24) nem “análise estatística sem interpretação” (*Ibid.*), o que justifica a equiparação desses dois referenciais epistemológicos, avaliados nesta revisão de literatura como complementares.

A avaliação quantitativa do *corpus* de pesquisa, de acordo com Bauer (2004), tende a se materializar como “a representação e a expressão de uma comunidade que escreve” (*Ibid.*) determinada formação discursiva⁵, tornando-se assim uma variável dependente, ou seja, algo a ser explicado e/ou compreendido pela posterior perspectiva qualitativa. Dessa forma, a análise de conteúdos pode gerar informações imprescindíveis e provocantes ao pesquisador que a coloca em diálogo, por exemplo, com outras perspectivas metodológicas, como estudos de recepção/mediação, análises do discurso ou da narrativa jornalística, estudos de caso ou etnográficos, entre outros. Essa opção híbrida de pesquisa

⁴ Não há nenhum objetivo de propor um método novo de pesquisa, já que as tentativas de qualificar os métodos de análise de conteúdos não são novidade. Segundo Bauer (2004), há várias maneiras de delinear pesquisas a partir da análise de conteúdos, divergindo do estudo puramente descritivo, com base em cálculos de frequência das características pré-estabelecidas do objeto. Entre elas destacam-se as análises *normativas* (que realizam comparações com base em determinados padrões); as *trans-seccionais* (que funcionam como uma comparação empírica de diferentes contextos) e as *longitudinais* (que fazem comparações dentro de um mesmo contexto, embora em espaços de tempo mais amplos) (BAUER, 2004, p. 195).

⁵ A análise de conteúdos possibilita “reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades” (BAUER, 2004, p. 192).

diverge de uma idealização dos meios de comunicação, por vezes incorporada pela crítica de mídia, a qual exige coberturas qualificadas e, ao mesmo tempo, desconsidera elementos contextuais que influenciam na qualidade técnica e editorial. Em outras palavras, estudos de monitoramento de mídia que se apropriam da análise de conteúdos por um viés qualitativo podem fugir da crítica pela crítica e servem de ponto de referência para uma avaliação mais ampla e crítica do fazer jornalístico. Resultado importante desse fator é a potencialidade que os estudos de observação de mídia tem de se aproximar dos produtores, ponto que produz uma ação reflexiva sobre a prática jornalística.

A ATUALIDADE DA ANÁLISE DE CONTEÚDOS

Segundo Herscovitz (2010), a análise de conteúdos tem grande valia para o desenvolvimento de pesquisas contemporâneas em jornalismo, inclusive em meios eletrônicos e digitais. Como método de pesquisa, além de poder “ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (HERSCOVITZ, 2010, p. 123), a análise de conteúdos é um importante elemento quando se procura “descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos” (*Ibid.*). Além disso, o método mostra-se vantajoso para validar aspectos “da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias e diferentes culturas” (*Ibid.*).

A validade da análise de conteúdos ganha destaque pela constatação de Goldenberg (2004), a qual alega que todo pesquisador – em especial, o das ciências Humanas e Sociais Aplicadas – necessita de um esforço para conter a subjetividade de suas ações. Se, por um lado, a autora observa que “os cientistas sociais podem e devem improvisar soluções para os seus problemas de pesquisa, sentindo-se livres para inventar os métodos capazes de responder às suas questões” (GOLDENBERG, 2004, p. 57), por outro, alerta que o fundamental para conter a subjetividade está na justificativa das tomadas de decisões. “Trata-se de um esforço porque não é possível realizá-lo plenamente, mas é essencial conservar esta meta, para não fazer do objeto construído um objeto inventado” (*Ibid.*, p. 45).

Cappelle, Melo e Gonçalves (2003) lembram que a análise de conteúdos nasceu como uma proposta teórico-metodológica utilizada para mensurar majoritariamente elementos quantitativos. Essa característica, aliás, merece complementação. Os autores

frisam que os primeiros estudos oriundos da análise de conteúdos no campo da Comunicação Social surgiram no início do século XX, na Universidade de Columbia, e tiveram certa relevância até a década de 1940, quando se tornaram mais hegemônicos por conta do deslumbramento que a propaganda nazista provocara na comunidade científica norte-americana. Para os autores, esses estudos foram marcados “pelo fascínio pela contagem, pela medida e pelo rigor matemático” (*Ibid.*, p. 04). Esse caráter obsessivo para identificar aspectos do comportamento a partir das bases estatísticas fez com que a análise de conteúdos ficasse estigmatizada como uma prática metodológica ligada ao positivismo, fator que a impediu de avançar por algumas décadas no que se refere às perspectivas qualitativas. Bauer (2004) explica, por outro lado, que a análise de conteúdos moderna tem como principal vantagem a definição objetiva dos procedimentos sistemáticos, metodicamente replicáveis. Esse aspecto evita uma leitura singular do material analisado, já que “o transforma, a fim de criar nova informação desse texto. Não é possível reconstruir o texto original uma vez codificado; a irreversibilidade é o custo de uma nova informação” (BAUER, 2004, p. 191).

Dessa forma, estudos contemporâneos em Jornalismo e em Comunicação Social potencialmente conseguem agregar características qualitativas dentro dessa vertente metodológica. Para pesquisas que adotam esses princípios,

(...) a contagem da manifestação dos elementos textuais que emerge do primeiro estágio da análise de conteúdo servirá apenas para a organização e sistematização dos dados, enquanto as fases analíticas posteriores permitirão que o pesquisador apreenda a visão social de mundo por parte dos sujeitos, autores do material textual em análise (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 03-04).

Ao conciliar permanentemente os estudos quantitativos com os qualitativos, a proposta da análise de conteúdos diminui o grau de entropia inerente a uma pesquisa exclusivamente qualitativa – afinal, conforme Bardin, “o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os ‘documentos’ que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos” (BARDIN, 2010, p. 41). Ao mesmo tempo, ao procurar se complementar com outras perspectivas metodológicas, a análise de conteúdos não cai na armadilha de fixar verdades absolutas, pois respeita as singularidades dos atores, fator essencial nas ciências não exatas:

Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social (GOLDENBERG, 2004, p. 49).

Em termos práticos, a tarefa de solucionar o impasse entre a objetividade de cunho estatístico, adotada pelas observações pioneiras de análises de conteúdos, e a subjetividade que marcam os primeiros estudos qualitativos foi pensada justamente a partir da complementaridade entre as duas perspectivas teóricas.

OPÇÕES METODOLÓGICAS PARA MONITORAR MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os métodos para organizar e operacionalizar o pensamento científico não são exclusivos da ciência e estão arraigados na mente, “pois se constituem nos tipos de raciocínio que dão forma aos nossos pensamentos e inferências” (SANTAELLA, 2001, p. 117). No entanto, a ciência, ao contrário do senso comum, utiliza-se da lógica crítica para organizar as ideias. Nesse aspecto estava inserida uma lacuna metodológica nos primeiros estudos com aportes da análise de conteúdos, visto que esses trabalhos se restringiam ao método dedutivo, ligado por essência às pesquisas quantitativas. De acordo com Santaella (2001), esse procedimento parte de premissas gerais para particulares, o que vincula o teor desse raciocínio a uma determinação para aceitar a conclusão, previamente pensada pelo pesquisador. “É, portanto, o caso típico do raciocínio matemático que parte de uma hipótese cuja verdade ou falsidade nada tem a ver com o raciocínio, e cujas conclusões são igualmente ideais” (*Ibid.*, p. 118). Acredita-se que com o amparo de outras perspectivas metodológicas a análise de conteúdos possa auxiliar em outras formas de se pensar um objeto de estudo, inclusive em âmbitos indutivo e dialético.

Ao estabelecer critérios objetivos para a análise e, ao mesmo tempo, possibilitar ao pesquisador traçar inferências sobre o contexto social no qual circundam o objeto (o que qualifica a investigação), a análise de conteúdos consegue “revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem. Logo, pode ser utilizada tanto em pesquisas de cunho quantitativo, quanto qualitativo, nas ciências sociais” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 04). Assim, no que compete à operacionalização do método, a análise de conteúdos agrega à pesquisa duas funções: a *heurística*⁶, capaz de enriquecer a

⁶ Fixada pelo conjunto de regras e métodos que visa à resolução dos problemas científicos. Para Bardin (2010, p. 31), a análise de conteúdos “aumenta a propensão para a descoberta. É a análise para ‘ver o que dá’”.

pesquisa exploratória, cuja finalidade é a de fornecer ao pesquisador, mediante levantamento bibliográfico e documental, uma visão mais geral sobre um tema de investigação e, conseqüentemente, possibilitar a "formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores" (GIL, 1999, p. 43); e a função de *administração da prova*⁷ (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 04), apropriada para extrair das frequências argumentos para validar ou refutar hipóteses do pesquisador sobre o objeto de estudo. Como essas duas funções estão lado a lado, o investigador tem a possibilidade de recriar novos instrumentos de avaliação, o que necessariamente o conduz a resultados menos especulativos:

(...) os analistas já orientados à partida para uma problemática teórica poderão, no decorrer da investigação, “inventar” novos instrumentos susceptíveis, por sua vez, de favorecer novas interpretações. Isto explica que, aquando destes procedimentos de ‘leituras sistemáticas’ – mas não ainda sistematizadas –, há muitas vezes uma passagem incessante do corpo teórico (hipóteses, resultados), que se enriquece ou se transforma progressivamente, para as técnicas que se aperfeiçoam pouco a pouco (lista de categorias, grelhas de análise, matrizes, modelos). Este vaivém contínuo possibilita facilmente a compreensão da frequente impressão de dificuldade no começo de uma análise, pois nunca se sabe exactamente “por que ponta começar” (BARDIN, 2010, p. 32).

A ponta escolhida para iniciar qualquer estudo pela perspectiva da análise de conteúdos em estudos de crítica de mídia está no objeto de estudo. Para delimitá-lo de forma equilibrada, Bardin (2010) sugere o seguimento de quatro regras básicas: 1) *exaustividade*, uma visão geral sobre todo o conteúdo noticioso monitorado para pinçar os conteúdos noticiosos mais próximos aos dos objetivos da pesquisa; 2) *homogeneidade*, o estabelecimento de critérios pontuais para a escolha e classificação das peças jornalísticas que virão a constituir o *corpus* da pesquisa; 3) *pertinência*, cuja atribuição principal é a adequação, “enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise” (BARDIN, 2010, p. 124); 4) *representatividade*, preocupação em compreender a amostragem da temática estudada frente a outros assuntos veiculados no objeto de investigação.

⁷ Função da análise de conteúdos para diminuir o grau de subjetividade do pesquisador. “Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação” (BARDIN, 2010, p. 124).

APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDOS NO MONITORAMENTO DE QUATRO TELEJORNALIS CURITIBANOS

A proposição de um modelo teórico-metodológico híbrido de pesquisa com aporte da análise de conteúdos foi realizada nos quatro principais telejornais noturnos regionais veiculados em Curitiba (*Paraná TV*, da RPCTV, filiada da Rede Globo no Paraná; *RIC Notícias*, da RICTV/Record; *Band Cidade*, e *SBT Paraná*, da Rede Massa de Comunicação). A pesquisa desenvolvida pelo grupo *Estudos da Imagem*, registrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, possibilitou a produção de artigos voltados ao agendamento midiático (ANDREOLA *et al.*, 2013) e enquadramento de notícias (JAVORSKI *et al.*, 2013), aos usos das fontes nos telejornais (DIAS; SOMMA NETO; KAMPF, 2013) e, por fim, à rotina enfrentada pelos produtores dos quatro telejornais monitorados (ANDRÉ *et al.*, 2013).

Todos os temas de artigos foram extraídos a partir do desenvolvimento de uma planilha de monitoramento, montada em formato de questionário no sistema do *Google Docs* e, posteriormente, exportada para ser manuseada no *Microsoft Excel*. Como o questionário foi preenchido por 11 estudantes (na época, seis deles, pós-graduandos e os demais graduandos) houve a necessidade de desenvolver um guia de preenchimento, com critérios mínimos e, além disso, uma reunião para treinamento da equipe e disponibilidade para atendimento via e-mail a possíveis dúvidas.

O guia de preenchimento foi estruturado a partir de um formulário comentado, ou seja, um documento em formato PDF com descrições que auxiliariam os discentes na categorização dos 17 campos exigidos na planilha de monitoramento – havia ainda um décimo oitavo campo referente às *observações*, espaço no qual avaliador do material jornalístico deveria descrever quaisquer tipos de dúvidas ou curiosidades levantadas nas peças analisadas. A recomendação da coordenação da pesquisa foi para que os discentes assistissem ao material, no mínimo, duas vezes durante o processo de decupagem.

A maior função do guia foi auxiliar em questões que poderiam suscitar dúvidas no momento do preenchimento da planilha, especialmente em relação à categorização, que é fundamental dentro de uma pesquisa que se apropria dos aportes da análise de conteúdos e que, por conseguinte, considera os resultados extraídos do método como uma variável dependente dentro de um estudo mais amplo. Um dos exemplos nos quais a viabilidade do guia mostrou válida foi nas questões 08 (“*Tendo como base a origem do fato noticioso, a*

peça jornalística: a) Tem ênfase local/regional; b) Extrapola o âmbito estadual (nacional/internacional)” e 09 “Tendo como base a abrangência do fato noticioso, a peça jornalística: a) Tem ênfase local/regional; b) Extrapola o âmbito estadual (nacional/internacional)”. Para que não houvesse qualquer tipo de dúvida no momento da categorização optou-se por exemplificar no guia o que se entendia por abrangência: “um fato pode ter ‘origem’ em âmbito local/regional e passar a ter ‘abrangência’ nacional/internacional, como aconteceu com o caso das mortes em uma das UTI’s do Hospital Evangélico”. Atitude similar foi considerada na questão 12, que tratava de diferenciar os tipos de peças jornalísticas avaliadas (Reportagem, reportagem especial, entrevista em estúdio, entrevista externa, quadro/coluna/boletim/stand-up, nota pelada/seca, nota coberta, comentário/opinião) e na questão 13, relativa aos tipos de fontes que apareciam no monitoramento (Oficial, oficiosa, personagem, especialista, profissional/perito, testemunha em off, escuta telefônica/câmera escondida e fala-povo/enquete).

A planilha de monitoramento foi estruturada para servir de aporte para que os integrantes do grupo pudessem enxergar nuances na produção jornalística local, exercendo, portanto, uma função heurística. Na primeira parte, o material traz informações iniciais, com campos que remetem à data de veiculação, ao telejornal e, não menos importante, à identificação do avaliador, com o objetivo único de averiguar possíveis dúvidas na etapa de conferência da decupagem.

A segunda parte foi estruturada para identificar as principais informações do fato noticioso avaliado. Nessa seção ficaram definidos os seguintes campos: a) se o assunto avaliado integrava a escalada do telejornal; b) O bloco de veiculação; c) A estruturação de uma retranca para o tema (para que na etapa de finalização da planilha fosse possível criar retrancas semelhantes para assuntos correlatos e se tornasse viável, por exemplo, a partir da planilha, averiguar questões de agendamento); d) Origem e abrangência do fato (divididos em dois campos, o objetivo foi observar se a produção jornalística regional dá ênfase local/regional aos materiais ou se extrapola o âmbito estadual (e quais tipos de peças contemplam esse princípio); e) Abrangência política do fato (cujas alternativas eram Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Sociedade Civil Organizada ou Iniciativa Privada – nesta questão era possível assinalar mais de uma resposta); f) Faixa de tempo de exibição; e g) Tipo de material (Reportagem, Reportagem especial, Entrevista em estúdio, Entrevista

externa, Quadro/Coluna/Boletim/*Stand-up*, Nota pelada, Nota coberta e comentário/opinião).

Já a segunda e a terceira partes tratam de estudos de fontes nos telejornais (citadas, respectivamente, de forma direta e indireta no discurso jornalístico). Nessa etapa foram identificadas quantas fontes apareciam em cada peça jornalística e quais tipos de fontes consultadas (Oficial, Oficiosa, Personagem, Especialista, Profissional/Perito, Testemunha em off, Escuta telefônica/Câmera escondida, Fala-Povo / Enquete ou Fonte não identificada por falta de GC e sem citação nos *offs*). Além disso, foram ainda transcritas as ocupações e os nomes dessas fontes.

Por fim, na terceira parte buscou uma avaliação em torno de valores-notícias. A intenção foi que o avaliador analisasse valores-notícia como Frequência, Amplitude/clareza, significância, imprevisibilidade e Complementaridade/Continuidade, além dos usos de recursos visuais e/ou sonoros.

Após a decupagem dos materiais houve ainda a centralização das edições em torno deste autor, que realizou uma espécie de controle de qualidade dos materiais, checando praticamente 70% do material bruto. Durante a etapa ficou clara a importância de criar critérios mais nítidos para a questão 07 da planilha de monitoramento, referente à *retranca* da peça jornalística avaliada. No guia havia a recomendação de preenchimento deste campo a partir do uso de duas a quatro palavras-chave que representassem as principais informações do assunto veiculado. No entanto, houve a adoção de vários critérios de preenchimento, o que custou dedicação extra na etapa de controle de qualidade da decupagem do material. Esse campo, em particular, era fundamental para a produção tanto do artigo que tratava das questões de agendamento midiático (ANDREOLA *et al.*, 2013) quanto do que abordava a questão do enquadramento midiático (JAVORSKI *et al.*, 2013), pois era necessário enquadrar dentro de uma mesma *retranca* um assunto que fosse repetido em mais de um telejornal e/ou em datas distintas. Acredita-se que numa nova etapa de monitoramento em equipe deva-se estruturar uma lógica mais criteriosa para o preenchimento das *retrancas*, a partir do estabelecimento de uma ordem de tipos de palavras que devam integrar esse campo – um exemplo: nome ou profissão da fonte principal da reportagem, seguido por um ou dois verbos de ação e pela região (bairro ou município) onde o fato aconteceu.

DEFINIÇÃO DE TEMAS DE ARTIGOS A PARTIR DO MONITORAMENTO

A pesquisa teve duas intenções centrais: a primeira delas foi ofertar elementos para a compreensão de estudos que vinculam o jornalismo à política por uma perspectiva local, já que a maior parte da literatura existente concentra-se em veículos jornalísticos de abrangência nacional. A segunda esteve atrelada à tentativa de compreender algumas propriedades do jornalismo político em televisão fora dos períodos eleitorais, foco menos abordado pelos estudos em jornalismo. É fundamental observar que a pesquisa deve ser avaliada pela leitura conjunta dos cinco artigos produzidos.

Dito isso, a definição dos temas dos artigos produzidos foi realizada em equipe, logo após a finalização da planilha de monitoramento, que reuniu, ao todo, 215 peças jornalísticas. Havia uma ideia já no pré-monitoramento em trabalhar com a temática de agendamento midiático, referencial de estudo trabalhado na dissertação de uma das integrantes do Grupo de Pesquisa, com uma análise de enquadramento e com um estudo sobre fontes. No entanto, o critério para a adoção desses referenciais teóricos foi interligado aos fatos noticiosos apurados na etapa de monitoramento, realizado entre abril e julho de 2013. Vale citar ainda, antes de descrição da forma como se recortou cada artigo, que a planilha de monitoramento, ao possibilitar que os pesquisadores participantes do projeto pudessem filtrar e correlacionar todos os 17 campos da planilha, ofertou uma gama de informações capaz de gerar mais temas de artigos – que não foram escritos em função do número limitado de pesquisadores à época, especialmente de doutores (um), mestres (três) e mestrandos (seis), dentro do grupo.

Covalesky, Somma Neto e Carvalho (2013) procuraram “verificar quais são e como aparecem as fontes jornalísticas em matérias políticas nos telejornais analisados” (*Ibid.*, p. 34). Para tanto, os autores detiveram atenção especial à parte da planilha que tratava das fontes diretas e indiretas que apareciam nos telejornais. A partir dos dados extraídos da planilha, os autores discutem a visualidade do poder público em pautas sobre política, algo que, segundo os autores, é visto do ponto de vista da produção como uma forma de legitimação da notícia. No entanto, essa sobreposição não foi capaz de fazer com que os autores, a partir da planilha de monitoramento, pudessem refutar uma hipótese inicial do trabalho: a de que não haveria espaço para fontes políticas ligadas à sociedade civil organizada. “Surpreende (...) a presença significativa de notícias com abrangência

política da Sociedade Civil Organizada, acima até mesmo da abrangência política da Iniciativa Privada, da qual os grupos midiáticos fazem parte” (*Ibid.*, p. 57). Dessa forma, fica clara a função da planilha de monitoramento como um meio capaz de tornar visível uma variante dependente da pesquisa.

Já a definição do tema referente ao enquadramento midiático foi a que melhor demonstrou a capacidade heurística que a análise de conteúdos possui. Javorski, Iuan e Kampf (2013) detiveram as atenções sobre a Proposta de Emenda Constitucional número 37, tema com maior recorrência durante o período de monitoramento. Com o propósito de “impossibilitar a apuração de infrações penais por uma instituição específica como o Ministério Público” (*Ibid.*, p. 56), a PEC 37 foi combatida com veemência nos quatro telejornais analisados, apesar de algumas diferenças consubstanciais. Ao considerarem o enquadramento como um contexto de interpretação, seguindo a proposta desenvolvida por Erving Goffman, os autores chegaram à conclusão de que os quatro telejornais analisados posicionaram e enquadraram as notícias de forma contrária à aprovação da PEC 37. É importante ressaltar que o artigo complementa a noção do uso das fontes nos telejornais, mas agora pela perspectiva do enquadramento midiático, o que, em tese, qualifica a análise de conteúdos. Dito de outra maneira, se num primeiro momento versou-se sobre os tipos de fontes, o recorte deste segundo artigo fez com que fosse possível observar diferenças de tratamento entre fontes oficiais que estavam em debate.

Outro tema com grande repercussão durante o monitoramento foi a eleição de um dos conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná. Andreola *et al.* (2013) observam, a partir do monitoramento, “que a mídia paranaense tem a capacidade de agendar alguns temas para a população, principalmente no que diz respeito a temas políticos” (*Ibid.*, 91). No entanto, as apropriações da planilha de monitoramento foram subutilizadas pelas autoras, à medida que o artigo traz uma discussão mais conceitual do agendamento.

Por fim, após a escrita e leitura das primeiras versões dos quatro primeiros artigos houve a produção de um artigo no qual se buscasse entender um pouco da rotina de produção dos temas políticos nos quatro telejornais. André *et al.* (2013) realizaram entrevistas semiestruturadas com produtores a fim de “conciliar elementos da análise de conteúdos com métodos de pesquisa de caráter mais qualitativo, dando uma função heurística à análise de conteúdos” (*Ibid.*, p. 94). A leitura preliminar das primeiras versões dos quatro artigos criou um caminho relativamente interessante para o desenvolvimento das entrevistas, à medida que, por exemplo, fez com que houvesse alguns questionamentos

embasados pelos dados extraídos do período de monitoramento. Um exemplo notório foi o fato de questionar os profissionais a respeito da certificação de que os produtores haviam realizado uma campanha para a não aprovação da PEC 37, informações que foram utilizadas na versão final do artigo, auxiliando nas conclusões dos autores:

[A RICTV/Record] enquadrou o assunto como uma questão de cidadania e não política, por isso do posicionamento adotado (...). A RPC também entendeu o assunto como um cerceamento à liberdade de investigação e um problema de caráter social. (...) A agenda criada pelo órgão [Ministério Público] com os eventos públicos promovidos também desencadeou ações que a mídia não pode descartar. A equipe da Band relatou que, em alguns momentos não percebeu que podia estar sendo usada para levantar uma ‘bandeira’ que pudesse favorecer algum órgão em específico (JAVORSKI; IUAN; KAMPF, 2013, P. 71-72).

A proposta do artigo (ANDRÉ *et al.*, 2013) foi a de sanar dúvidas sobre considerações feitas pelas equipes que monitoraram os telejornais e, especialmente, compreender elementos das rotinas de produção que fossem capazes de explicar os motivos pelos quais se produz telejornalismo político da forma apresentada no monitoramento. Os autores percebem que a abordagem política é pouco tratada pelos noticiários curitibanos e procuraram nas entrevistas entender o porquê disso. As respostas demonstram valores deontológicos defendidos pelos jornalistas que, imersos na rotina produtiva, trazem alguns assuntos de política por acreditarem no interesse público. Entretanto, há um consenso entre os profissionais de que a temática política não é atrativa, o que inibe a exibição desses temas nos telejornais. A título de contribuição, André *et. al* (2013) observam, dado o cenário apontado pelos jornalistas, que pautas com enfoque político voltadas à sociedade civil organizada podem produzir maneiras interessantes de atrair o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que este artigo traga uma curta reflexão acerca dos potenciais que a análise de conteúdos tem para a elaboração e desenvolvimento de estudos de observação e sistemática de mídia, os métodos empregados estão continuamente em desenvolvimento, haja vista que essa prática apresenta-se como um desafio que permite atualizações constantes, conforme os objetivos estipulados e a criatividade de cada pesquisador(a).

As experiências anteriores com monitoramento já confirmavam que a análise de conteúdos por si só não dá conta de explicar esse fenômeno tão intrigante chamado comunicação, algo que já havia sido lamentado em André (2012) e que alude para o fato de que há coerência na aplicação de métodos e metodologias mistas de pesquisa.

Neste texto não houve intenção de apresentar de forma extensa dados oriundos da planilha de monitoramento que serviu de base para a elaboração dos artigos que compõem a primeira seção do livro *Mídia e política: observações e críticas*, organizado por integrantes do grupo de pesquisa *Estudos da Imagem*. Isso se deveu em função de que tais dados foram extraídos e avaliados devidamente nos outros artigos que compuseram a pesquisa e que cujas referências estão disponíveis no texto. A intenção central foi a de compartilhar aspectos relevantes da experiência adquirida pelos membros do grupo de pesquisa no que concerne à prática do monitoramento e às potencialidades da análise de conteúdos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Hendryó. “**Venda nos olhos, legendas e iniciais**”: a notícia televisiva como ferramenta de estigmatização e invisibilidade social. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ANDRÉ, Hendryó. Por um viés qualitativo para a análise de conteúdos. *In*: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendryó (orgs.). **Mídia e política: observações e críticas**. Curitiba: PPGCOM, 2013. Cap. 1. p. 21-32.

ANDRÉ, Hendryó *et al.* Um diálogo com os jornalistas: impactos das rotinas de produção na cobertura de temas políticos em quatro noticiários curitibanos. *In*: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendryó. **Mídia e política: observações e críticas**. Curitiba: PPGCOM, 2013. Cap. 5. p. 93-128.

ANDREOLA, Paula *et al.* Agendamento midiático: a eleição do conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná em quatro telejornais curitibanos. *In*: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendryó. **Mídia e política: observações e críticas**. Curitiba: PPGCOM, 2013. Cap. 4. p. 75-92.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. ed. 3. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas Ciências Sociais. **Organizações**

Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 5, n. 1, p. 69-85, 2003. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251/248>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

COVALESKY, Eduardo; SOMMA NETO, João; CARVALHO, Juliana. Usos das fontes jornalísticas em notícias dos telejornais curitibanos. In: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendry. **Mídia e política: observações e críticas**. Curitiba: PPGCOM, 2013. Cap. 2. p. 33-54.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed. 5. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. ed. 8. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. ed. 3. Petrópolis: Vozes, 2010.

JAVORSKI, Elaine *et al.* A construção da imagem pública da PEC 37 nos telejornais locais. In: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendry. **Mídia e política: observações e críticas**. Curitiba: PPGCOM, 2013. Cap. 3. p. 55-74.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.